

FMS P14 GERIN
 E18
 Jornal A Tarde
 Data 13/03/97
 Caderno J 6
 Seção
 Centro Histórico
 Pelourinho

O Pelourinho

Uma coisa é restauração e revitalização, outra é manutenção e conservação. Definida a semântica, não há por que culpar o governo estadual pelo estado em que se encontram alguns sobrados do conjunto arquitetônico do Pelourinho. No Projeto de Restauração e Revitalização do Centro Histórico, há definição clara de competência sobre o responsável pela restauração, no caso o poder público, e sobre os responsáveis pela manutenção e conservação, tarefas estas de obrigação dos concessionários, os que ocupam os prédios explorando atividades comerciais ou paralelas. São estes, pois, os responsáveis pela higiene e limpeza, instalações elétricas e hidráulicas, telhados, paredes, pisos, pintura etc., sem que a realização de quaisquer destes serviços os credencie a ressarcimentos por parte do poder público. Se os concessionários não cumprem esta cláusula contratual, cabe ao concedente, o governo estadual, através do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), denunciar a inadimplência e, utilizando a legislação, suspender os contratos de concessão.

Deixado ao abandono durante muitos anos, o conjunto arquitetônico do Pelourinho começou a ser objeto de um ousado plano de restauração em 1969, quando se concluiu um levantamento socioeconômico solicitado pela UNESCO para avaliação da possibilidade de ali instalar-se um dos maiores centros turísticos da América Latina. À época, o consultor da UNESCO, Michel Parent, esteve em Salvador quando constatou o potencial da área e não poupou adjetivações para classificá-la como "uma das mais belas paisagens urbanas do mundo". Na década de 70, uma saudável união de propósitos entre a empresa privada, representada pelo sistema Sesc/Senac, e o governo estadual, começaria a viabilizar a sonhada restauração. O centro gastronômico do Senac, sustentado por uma escola profissionalizante de hotelaria, marcou o despertar de outros setores empresariais para o potencial do Pelourinho. O poder público estadual lançou-se, então, a resgatar a área, começando a recuperar seus velhos sobrados coloniais, ali sediando, mais tarde, museus como o Abelardo Rodrigues e o da Cidade, a Fundação Casa de Jorge Amado, teatros etc. Hotéis, restaurantes, galerias, lojas de artesanato e outras foram se instalando em prédios recuperados inteiramente às expensas do estado, e locados, sob o regime de concessão, aos permissionários. Paralelamente, transformava-se o Pelourinho num grande palco, o que viria a complementar o trabalho de restauração física de seus espaços.

Foi assim que sucessivas etapas de restauração evitaram que a maior parte do seu casario fosse destruída pela ação inexorável do tempo. Assegurava-se, enfim, a perpetuidade do Pelourinho que, ao lado de Cuzco, no Peru, mereceu da UNESCO a classi-

ficação de mais importante monumento da arquitetura colonial da América Latina.

X

X X

Todo este trabalho, que o povo soube reconhecer, transformando o Pelourinho num dinâmico pólo comercial e turístico, *point* obrigatório de lazer para os que são da terra e para os que a visitam, não pode ser posto em xeque porque concessionários descumprem cláusulas contratuais a que se obrigaram tacitamente no que diz respeito à conservação e manutenção de prédios que ocupam comercialmente. A dimensão do Pelourinho não admite este comportamento que, a par de caracterizar inobservância contratual, revela insensibilidade com a história e a cultura, representadas pelo conjunto arquitetônico considerado patrimônio da humanidade.

O Pelourinho não é apenas a concentração de sobrados coloniais, embora isto fosse o bastante para preservar sua grandeza. É, também, um repositório da própria história da Bahia, inspirador fértil da obra de Jorge Amado, que nele fez nascer personagens como o mulato Pedro Archanjo, Tereza Batista, Quincas Berro D'Água e outros recriados na saga do romancista. É, ainda, o pulsar da alma baiana que visitantes de todo o mundo passam a conhecer justamente pelo que ele expressa.

X

X X

À sua restauração, que o poder público vem fazendo seguidamente, ainda que, diante de circunstâncias eventuais, seja às vezes adiada, quer por problemas climáticos – as sucessivas chuvas que vêm caindo em Salvador dificultam serviços previstos para a recuperação de edifícios – ou de recursos, há que se seguir a manutenção por parte dos concessionários, os locatários/permissionários. Não é justo que o poder público, sozinho, banque a restauração, entregue os prédios à exploração comercial e os que dela sobrevivem não cumpram a parte que lhes cabe. Não pode haver contemporização. Se um contrato é rompido unilateralmente, assiste ao outro contratante o direito de denunciá-lo. Em outras palavras, cria-se condição legal de suspendê-lo. Não faltam interessados em explorar atividades comerciais no Pelourinho, um pólo de atração plenamente consolidado e que até no último Carnaval mostrou sua pujança, prestando-se a um espaço alternativo para a folia à moda antiga.

O Pelourinho, enfim, não pode ser tábua de sustentação para quem, sem competência, quer se estabelecer. Sua recuperação custou muito ao estado e continua custando, já que prossegue o amplo projeto de restauração de outros sobrados, a exemplo do que brevemente servirá de sede definitiva à Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado, na Rua da Oração. Os que hoje, representando o empresariado, lá mantêm seus negócios, precisam aprender a conviver com a parceria responsável. Não será por sua indiferença que se deixará perder a imponência do Pelourinho, uma grandeza restaurada e digna de assim continuar.